

## Darcy Ribeiro e os estudos pós-coloniais: aproximações e afastamentos<sup>1</sup>

Filipe Barreiros Barbosa Alves Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** Em artigo chamado: “A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de *o povo brasileiro*”, Adelia Miglievich estabelece relações entre o pensamento de Darcy Ribeiro e da teoria pós-colonial. Neste artigo, porei em questão essas ligações para pensar até que ponto elas se aproximam e onde se afastam. Para isso, farei uma exposição das principais ideias do autor e dessa corrente de pensamento. A principal conclusão deste trabalho é que o pensamento do antropólogo está mais perto de um tipo de teoria anti-colonial do que do pós-colonialismo.

**Palavras-chave:** Darcy Ribeiro; Adelia Miglievich; Pós-colonialismo; Anti-colonialismo.

---

### Darcy Ribeiro and postcolonial studies: approximations and divergences

**Abstract:** In an article called: "A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de *o povo brasileiro*", Adelia Miglievich establishes relations between Darcy Ribeiro's thinking and postcolonial theory. In this article, I will question these links to think about how close they are and where they become distant. For this, I will give an exposition of the main ideas of the author and of this thought's current. The main conclusion of this work is that the anthropologist's thinking is closer to a kind of anti-colonial theory than to the post-colonialism.

**Keywords:** Darcy Ribeiro; Adelia Miglievich; Postcolonialism; Anti-colonialism.

---

<sup>1</sup>  Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Mestre em Sociologia pela UFPE e graduado em Ciências Sociais na mesma instituição. E-mail: filipe.barreiros@hotmail.com

## Introdução

Em um artigo intitulado “A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de *o povo brasileiro*”, Adelia Miglievich (2011) tenta estabelecer alguns pontos de contato entre o pensamento de Darcy Ribeiro e os estudos pós-coloniais. Para desenvolver seus argumentos, a autora se concentra na análise daquela que talvez seja a obra mais importante do antropólogo mineiro: *O povo brasileiro* (1995). O objetivo deste artigo é analisar criticamente a construção dessa relação entre as ideias de Darcy Ribeiro e as teorias pós-coloniais, tal como elaborada por Adelia Miglievich em seu artigo citado anteriormente.

Essa tarefa apresenta de partida um empecilho relevante, pois é difícil (ou mesmo impossível) delimitar com precisão o que são os estudos pós-coloniais, já que uma de suas preocupações fundamentais é, justamente, a exploração das fronteiras, o rompimento das essências. Sendo assim, esses estudos são, geralmente, investigações interdisciplinares, inspirados por uma variedade de contribuições teóricas e distintas orientações (COSTA, 2006 a). Dessa maneira, é possível notar um amplo leque de interpretações envoltas naquilo que costuma ser chamado de pós-colonialismo. Estabelecer pontos de contato entre um autor e essa denominação marcada pela heterogeneidade é, portanto, uma tarefa árdua; mais adiante, porém, tentarei expor algumas das preocupações gerais desses estudos para poder construir melhor meus argumentos.

A principal hipótese deste artigo é que Darcy Ribeiro elaborou uma obra de caráter anti-colonial, muito mais do que pós-colonial. Isso se daria, em grande medida, porque esse autor, preocupado em denunciar as violências e injustiças do processo colonial, ainda refletiria a partir de bases epistemológicas coloniais – como no caso de sua grande preocupação com a questão da nacionalidade. Como será exposto adiante, esse tipo de reflexão é desenvolvida a partir de uma preocupação com o interior, com o centro, com as origens da nacionalidade, com aquilo que a identificaria. Os estudos pós-coloniais, entretanto, parecem se voltar às margens, às fronteiras, ao que escapa das identidades. Cabe a este trabalho desenvolver e explorar melhor essa ideia.

Para desenvolver este artigo exporei algumas das principais noções desenvolvidas por Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro*, suas questões e argumentos centrais. Em seguida exporei as ideias desenvolvidas por Adelia Miglievich e tentarei dialogar de maneira crítica com suas interpretações.

## Elementos centrais de *O povo brasileiro*

*O povo brasileiro* foi o último livro de Darcy Ribeiro, uma obra ambiciosa, fruto de seus estudos e experiências na vida política do Brasil. O título e seu subtítulo (*a formação e o sentido do Brasil*) dizem muito sobre o livro. É objetivo de Darcy tentar compreender o Brasil e os brasileiros, como seu povo foi gestado e se desenvolveu. Para o autor, ele surge a partir da confluência e do choque entre o invasor português, o nativo indígena e os negros africanos.

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um *povo novo*, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. *Povo novo*, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove todos os brasileiros (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Para Darcy Ribeiro, a preocupação central é investigar como surgiu e se formou esse povo novo, quais as suas peculiaridades e o que fez com que uma população oriunda de diversas matrizes pudesse se desenvolver e compartilhar percepções comuns de pertencimento a um país.

A compreensão de que o Brasil se forma com pessoas de um novo tipo enche o autor de esperança com relação ao futuro da nação. Ele enxerga boas chances que podem germinar daí: a possibilidade de se diferenciar, a partir do sincretismo, de suas matrizes originárias e de se configurar como uma nova etnia nacional, dinâmica e repleta de possibilidades. Contudo, esse povo novo carrega consigo, também, uma face envelhecida, tendo em vista que surge para cumprir a função de proletariado externo. Ou seja, funciona como uma ferramenta para a expansão europeia e é incapaz de existir para si mesmo e deve servir para gerar lucros para a metrópole, a partir da exploração dos indivíduos da colônia. Sendo assim, a compreensão dessas duas faces do povo brasileiro faz com que Darcy Ribeiro interprete que “a sociedade e a cultura do Brasil são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios e negros africanos” (RIBEIRO, 1995, p. 20). Ou seja, nessa passagem, o autor revela uma

compreensão da formação brasileira que, mesmo fruto de intensa miscigenação, deixa claro que houve uma discrepância de poder nesse processo, marcado como uma variante da tradição civilizatória europeia ocidental.

Tendo em vista o pouco que foi dito até agora, já é possível identificar o embrião do argumento de Darcy Ribeiro: a partir da percepção de que a história da formação do povo brasileiro é marcada por uma face nova e uma face velha, é que o autor constrói sua obra. Essas duas faces se apresentariam dialeticamente, portanto, em disputa, mas, de certa maneira, integradas. A face nova representaria as particularidades dos brasileiros, originados na confluência de diversas matrizes e percebidos pelo autor de uma maneira otimista, pois essa população, mestiça e dinâmica apresentava muitas possibilidades de um futuro grandioso. Contudo, esse elemento marcado pela esperança e pelas infindas possibilidades era barrado permanentemente pelo seu oposto, a face velha. Esse outro lado da moeda fazia com que o povo brasileiro fosse permanentemente explorado e que não pudesse se desenvolver para si, que não pudesse existir para si. Para Darcy Ribeiro, essa dialética entre a face nova e a face velha é a linha que guia a compreensão da formação do povo brasileiro.

Algo que chama a atenção do autor é o fato de que a confluência de variadas matrizes formadoras poderia ter concretizado aqui uma sociedade multiétnica e dilacerada. Pelo contrário, não se realizou uma diferenciação em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais que disputassem uma autonomia com relação à nação. Para Darcy Ribeiro, o que ocorre é a formação de uma unidade étnica básica, gerada em forte relação com a matriz portuguesa, mas singularizada pelas matrizes africana e indígena. No entanto, essa unidade étnica básica não significava uniformidade, pois sobre ela atuavam algumas forças diversificadoras. A paisagem, as condições geográficas, as diversas formas econômicas e a imigração funcionavam como elementos diferenciadores, mas que não abalavam a unidade já referida.

Mesmo que houvesse diferenciações nas matrizes raciais, culturais, nas paisagens e modos de produção, para Darcy Ribeiro, havia algo que fazia com que os brasileiros se sentissem e se comportassem como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia na qual se falava o mesmo idioma diferenciado apenas pelos diferentes sotaques regionais. Mas o Brasil não representava apenas uma simples etnia, constituía-se como uma “etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino” (RIBEIRO, 1995, p. 22).

Porém, o autor chama a atenção para o fato de que aquela uniformidade cultural e nacional não deveria fazer com que passassem despercebidas disparidades, distinções, contradições e antagonismos presentes sob elas. Essa unidade nacional foi viabilizada, para Darcy Ribeiro, por um “processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista” (RIBEIRO, 1995, p. 23). Dessa maneira, é possível perceber que, por baixo da uniformidade brasileira, “esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população” (RIBEIRO, 1995, p. 23). Sendo assim, o povo nação surge da “concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável” (RIBEIRO, 1995, p. 23).

A partir dessas condições ocorre um aumento da distância entre as classes sociais, entre os grupos dominantes e os subordinados, tudo isso feito para garantir a uniformidade étnico-cultural e a unidade nacional. Isso explica, na interpretação de Darcy Ribeiro, a existência de um sentimento de pavor pânico, entre as elites brasileiras, de qualquer possibilidade de ascensão das classes oprimidas, o que elucida a frequente brutalidade repressiva contra qualquer movimento contestatório da ordem vigente. Há, portanto, no Brasil uma forte estratificação social que separa os brasileiros das diferentes classes e chega a obliterar “toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se essa fosse uma conduta natural” (RIBEIRO, 1995, p. 24). Dessa forma, é possível notar a existência da unidade nacional permeada por uma forte separação classista, racial e fortemente desigual.

A partir dos últimos elementos apresentados, é possível compreender melhor a construção da dialética entre as faces nova e velha do povo brasileiro. A face nova representa, além da esperança e das particularidades propiciadas pela gestação de um povo peculiar, a própria unidade nacional, intimamente ligada às características anteriores. É a suposição da existência de um sentimento de pertença, de compartilhamento comum, decorrente da união de diversos povos, que enche Darcy Ribeiro de esperança, é nesse elemento que ele percebe as possibilidades mais otimistas para os brasileiros. Contudo, para

o autor, é impossível pensar essa unidade sem levar em conta um processo extremamente violento presente em nossa formação, um processo baseado na exploração e na supressão de qualquer forma de vida que fugisse do que era compreendido como unidade nacional. Além disso, outro fator de tensão que subjaz àquela unidade nacional é a forte distância entre as classes dominantes e subordinadas, aspecto que marca profundamente a sociedade brasileira. Esse elemento é caracterizado pela existência de um pavor pânico das elites por qualquer manifestação contestatória da ordem, empreendida pelas classes subordinadas, que gera, frequentemente, respostas autoritárias e violentas àquelas expressões populares. É fundamental notar que a existência desse comportamento violento e autoritário é, para Darcy Ribeiro, responsável, em grande medida pela existência da unidade nacional. Para o antropólogo (1995, p. 22), a uniformidade cultural e a unidade nacional:

– que são, sem dúvida, a grande resultante do processo de formação do povo brasileiro – não devem cegar-nos, entretanto, para disparidades, contradições e antagonismos que subsistem debaixo delas como fatores dinâmicos da maior importância. A unidade nacional, viabilizada pela integração econômica sucessiva dos diversos implantes coloniais, foi consolidada, de fato, depois da independência, como um objetivo expresso alcançado através de lutas cruentas e da sabedoria política de muitas gerações. Esse é, sem dúvida, o único mérito indiscutível das velhas classes dirigentes brasileiras.

Esta citação é bastante relevante e diz muito sobre o pensamento desenvolvido por Darcy Ribeiro. Ela é interessante, pois termina com um elogio, mesmo que com ressalvas, às classes dirigentes brasileiras, as quais são, durante a maior parte do tempo, alvo de suas duras críticas. Esse elogio se deve ao fato de que as classes dirigentes foram responsáveis, em grande medida, pelo estabelecimento da unidade nacional. No entanto, esse elogio é feito, mesmo considerando que essa unidade nacional foi estabelecida através de um processo cruel e autoritário. Nessa citação, a ideia que fica é que aquele processo violento que levou a unidade nacional de certa forma valeu a pena, porque possibilitou a integração do povo brasileiro e é essa unidade que possibilita o otimismo de Darcy Ribeiro. Em outras palavras, a face velha possibilita o surgimento da face nova, geradora de esperanças e, por isso, merece elogios. É como se a violência e o autoritarismo fossem o preço a ser pago por um “bem maior”, o bem da unidade nacional, da homogeneidade do povo, do surgimento de um povo novo, repleto de esperanças e possibilidades. Esse processo significava, portanto, como dito na orelha de seu livro (1995), a possibilidade do surgimento de uma “nova Roma, lavada em sangue negro e sangue índio, destinada a criar uma esplêndida civilização,

mestiça e tropical, mais alegre, porque mais sofrida, e melhor, porque assentada na mais bela província da Terra”.

Nesse sentido, a face nova do povo brasileiro propiciará, na interpretação de Darcy Ribeiro, dias melhores, dias em que o país se constituirá como uma nova Roma. A outra face, a face velha, violenta, autoritária, que lavou o sangue negro e índio, parece ser o preço necessário a ser pago. Essa interpretação de Darcy Ribeiro pode ser explicada, em parte, por uma citação presente no prefácio de seu livro, na qual ele fala de algumas de suas motivações para a realização de suas obras:

Não se iluda, amigo leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um profundo patriotismo. Não procuro aqui análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira influir sobre as pessoas, que aspira ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (RIBEIRO, 1995, p. 17).

Nessa citação, Darcy Ribeiro se revela um profundo patriota e isso diz muito sobre sua obra, que, como ele mesmo afirma, não pode ser dissociada de um projeto político para a nação. Sua posição teórica e política, marcada pelo patriotismo, revela bastante sobre sua crença e seu investimento da ideia de nação como um elemento salvador. A criação da unidade nacional é tão importante para ele que faz, de certa forma, valer a pena o sangue negro e o sangue índio que foram lavados, pois é isso que propiciará o surgimento de uma nova Roma destinada a abrilhantar a civilização.

### **O quão pós-colonial é Darcy Ribeiro?**

Em seu artigo intitulado: “A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de *o povo brasileiro*”, Adelia Miglievich (2011) se propõe a reler aquela obra explorando pontos que a aproximem da crítica pós-colonial. A autora constrói seus argumentos a partir de três pilares fundamentais, os quais constituiriam os pontos de semelhança mais relevantes.

### **Do ninguém ao alguém**

Em primeiro lugar, Adelia Miglievich (2011) destaca a reinterpretação de Darcy Ribeiro, segundo a qual, os brasileiros, constituidores de um povo novo, passavam a ser vistos, não

com negatividade, mas com esperança. Esse povo novo, gerado pela fusão de várias culturas, era, em seu princípio, ninguém; era marcado pela “ninguendade”, pelo “não-ser”, pois não era reconhecido plenamente como europeu, como africano e, tampouco, como indígena. A contribuição de Darcy Ribeiro estaria, justamente, em reinterpretar essa característica com bons olhos, pois esse “não-ser” seria repleto de possibilidades de construção de uma nova sociedade. Esse ponto se relacionaria com os estudos pós-coloniais, pois é preocupação central dessa crítica a fuga das identidades fixas e essenciais, há um forte investimento nas ideias fronteiriças que abalam as estruturas tidas como naturais. Dessa maneira, ao falar que o povo brasileiro seria constituído a partir de um “não-ser”, o autor abriria uma brecha nas concepções fixas de identidade e ressaltaria o fato de que as identidades são construídas e podem ser modificadas.

Apesar disso, considero importante fazer algumas ressalvas sobre esse ponto de vista. Para Darcy (1995), se o início de nossa formação é dado por esse embrião marcado pela “ninguendade”, fruto de cruzamentos das várias matrizes culturais e geradores de algo irreconhecível, não demora muito para que seja construída uma identidade própria, algo que seria característico dos brasileiros e que os diferenciaria dos outros povos. Elemento que faria com que o povo brasileiro se sentisse como pertencente a uma nação e compartilhador de características comuns, portanto, aquilo que lhe daria uma unidade nacional. E o que propiciaria essa unidade? Aqui Darcy Ribeiro utiliza um argumento circular e retorna para a ideia de que a mistura das raças, a mestiçagem, seriam nossos elementos particularizadores. O que nos faria um povo novo. O antropólogo destaca que, mesmo havendo muitas diferenças entre os diversos grupos constituidores do Brasil, há um núcleo central, unificador e homogeneizador que perpassa todos eles. O elemento que faria com que os inúmeros imigrantes que aqui chegaram após o período colonial fossem: “todos eles, ou quase todos eles, (...) assimilados e abasileirados” (RIBEIRO, 1995, p. 73). Ou seja, para Darcy Ribeiro, há um núcleo central que caracteriza o ser brasileiro e que permite que alguns indivíduos se abasileirem, há, portanto, uma brasilianidade, uma identidade brasileira.

Se por um lado Darcy Ribeiro destaca o caráter construído dessa identidade, aponta os elementos históricos de sua constituição, por outro, é como se depois de constituída ela se formasse como algo quase essencial, como fundamental ao povo brasileiro. Em uma determinada passagem, ao comentar mais uma vez sobre a fusão de diferentes matrizes,

afirma o antropólogo: “Ao desgarrá-los de suas matrizes, para cruzá-los racialmente e transfigurá-los culturalmente, o que se estava fazendo era gerar a nós brasileiros tal qual fomos e somos em essência” (RIBEIRO, 1995, p. 179). Em outro trecho diz ainda:

A identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica da nossa cultura tradicional, como por seu vigor e flexibilidade. Essa última característica lhe permitirá, como herdeira de uma sabedoria adaptativa milenar, ainda dos índios, conformar-se, com ajustamentos locais, a todas as variações ecológicas regionais e sobreviver a todos os sucessivos ciclos produtivos, preservando sua unidade essencial (RIBEIRO, 1995, p. 272).

A partir dessas citações é possível perceber outra forma de compreensão da questão identitária por Darcy Ribeiro: apesar de um primeiro momento marcado pela “ninguendade”, pelo “não-ser” e, dessa maneira, desestabilizador das essências, há a etapa em que a brasilidade, a identidade brasileira se constitui como uma essência, dificilmente modificável. Esse segundo ponto afasta Darcy Ribeiro das interpretações pós-coloniais.

Uma das bases fundamentais dos estudos pós-coloniais é a de que poder e conhecimento não podem ser dissociados. Assim, falar em colonização é mais do que falar no domínio direto e na exploração de certas regiões do mundo por metrópoles imperiais, trata-se também da “colonização da mente”, nas palavras de Frantz Fanon (1979), ou de violência epistêmica, como diria Gayatri Spivak (2010). Para a crítica pós-colonial, colonizar um país é, também, tornar hegemônico um regime de verdade, no qual um discurso só pode ter sentido se os pressupostos daquele regime forem levados em conta. Nas palavras de Foucault (1998, p. 12), autor responsável por esse conceito e importante referência para os estudos pós-coloniais:

A verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

O que os estudos pós-coloniais destacam é que as noções de nação, de identidade e essência são construções que fazem parte do regime de verdade da modernidade ocidental, dessa maneira, elas representam concepções colonizadoras. Pensar através delas é aceitar o regime de verdade do colonizador. Nesse sentido, a grande preocupação do pós-colonialismo é desestabilizar esse regime de verdade, romper com as essências, ir em busca das fronteiras, dos limites, daquilo que não é dado e que representa um rompimento com a

forma colonial de ver o mundo. O pós-colonial se trata, nas palavras de Sérgio Costa (2006 a, p. 121):

De uma proposta de descolonização da imaginação o que implica uma crítica que não seja simplesmente anticolonialista, uma vez que historicamente, o combate ao colonialismo teria se dado ainda no marco epistemológico pós-colonial, por meio da reificação e do congelamento da suposta diferença do colonizado em construções nativistas e nacionalistas. O pós-colonialismo deve promover precisamente a desconstrução desses essencialismos, diluindo as fronteiras culturais legadas tanto pelo colonialismo como pelas lutas anticoloniais.

Sendo assim, quando Darcy Ribeiro considera a identidade nacional brasileira como uma essência, para os teóricos pós-coloniais, ele estaria reproduzindo o modo de pensar colonial, a partir de um regime de verdade que mantém o colonizado na sua condição. A partir desse ponto de vista, o antropólogo se afastaria dessa linha teórica e se aproximaria mais de uma percepção anti-colonial de combate e denúncia das explorações, mas que reproduz a forma de ver o mundo colonial.

### **A noção de nação**

Homi Bhabha (2010, p. 11), um dos importantes representantes dos estudos pós-coloniais, assim fala sobre a representação da nação.

Los orígenes de las naciones, como los de las narraciones, se pierden en los mitos del tiempo, y recién alcanzan su horizonte en el “ojo de la mente”. Esta imagen de la nación- o de la narración- podría parecer romántica en extremo y metafórica por demás, pero es precisamente de esas tradiciones del pensamiento político y el lenguaje literario de donde surge la idea de nación como una idea histórica poderosa en Occidente. Una representación cuya compulsión cultural reside en la unidad imposible de la nación como fuerza simbólica.

Para o autor, a nação se confunde com uma narração. É a narração da nação que a constitui. A partir dessa interpretação fica mais fácil perceber como a possibilidade de definir a nação é fruto de disputas de poder. Possuir a capacidade de definir a nação é também possuir a capacidade de estabelecer modos de vida privilegiados e modos de vida que serão excluídos. E é sobre esse tipo de dualidade que os estudos pós-coloniais pretendem realizar uma crítica. Como a ideia de nação contribui para o estabelecimento de dualidades, as quais caracterizam a forma moderna e ocidental de ver o mundo, essa própria noção deve ser criticada em suas bases de sustentação e não reproduzidas e valorizadas, como faz Darcy Ribeiro.

Mesmo que este autor buscasse uma forma de identidade mais inclusiva, mais justa, ele acaba por esbarrar nos limites de um conceito que reproduz a forma colonial de perceber o mundo. Bhabha destaca, por exemplo, a impossibilidade da unidade da nação, visto que toda identidade, acaba, em algum ponto por estabelecer exclusões.

Outro autor que contribui para pensar na concepção de nação como fruto de uma epistemologia colonizadora – mesmo que não seja considerado um pensador dos estudos pós-coloniais – é Benedict Anderson, que em seu livro *Comunidades Imaginadas* (2008) tenta desfazer a percepção de que a identidade nacional é algo essencial ou natural. Para ele, as nações são construtos históricos, dependeram de um contexto determinado e contribuem, também, para a construção de determinadas construções políticas, sociais e históricas. O que Benedict Anderson tenta compreender é como foi possível o surgimento da nação, como foi viável que indivíduos diferentes, em lugares diferentes, pudessem imaginar compartilhar o pertencimento a uma mesma comunidade. Para ele, um elemento fundamental, é que os participantes da nação partilhem de uma mesma noção de temporalidade progressiva, vazia e homogênea. Essa percepção da transformação histórica, fruto de mudanças advindas da modernidade ocidental, proporcionaria que os indivíduos da nação imaginassem que possuíam uma origem comum, que explicaria as características do povo e o guiaria para um futuro determinado. O tempo seria, então, vazio e homogêneo, pois as transformações históricas seriam limitadas às características originais daquele povo. A história da nação seria, portanto, uma progressiva repetição.

É possível perceber, com isso, que a própria concepção de nação depende da construção de uma temporalidade, progressiva, vazia, homogênea e linear, o que dificulta as transformações históricas. Pretendo mostrar adiante como essa concepção progressiva da história repercute em outro ponto da obra de Darcy Ribeiro e dificulta sua caracterização como um autor que se aproxima dos estudos pós-coloniais.

### **Dar voz é suficiente para os estudos pós-coloniais?**

O segundo pilar que sustenta a relação entre a obra de Darcy Ribeiro e a crítica pós-colonial, para Adelia Miglievich, é a tentativa de explicitar a não coincidência entre povo-nação e Estado-nação na obra do antropólogo. Para Darcy Ribeiro, na interpretação de Adelia Miglievich (2011), o esforço de construção do Estado empreendido pelas elites

brasileiras, a partir do século XIX, nunca se confundiu com a gestação do povo brasileiro. Para ele, era mais plausível pensar a formação do povo brasileiro a partir de uma das suas instituições básicas: o “cunhadismo”. Essa era uma antiga prática dos indígenas que, objetivando integrar estranhos às suas comunidades, ofereciam-lhes moças como esposas. Para o antropólogo, essa foi a instituição primordial do Brasil, pois permitiu o surgimento de uma ampla camada mestiça que o ocupou e serviu de mão de obra para trabalhos pesados nos primeiros anos da colonização. Foi a partir disso, a partir da subjugação da mão de obra dos indígenas e da mestiçagem que começa a surgir a nova etnia, o povo novo. Para Adelia Miglievich, ao enfatizar o surgimento da nação a partir do povo e não do território político do Estado, Darcy Ribeiro, não conta a história das elites e suas instituições, mas do conjunto de eventos, vontades coletivas e crenças em que surge a nação. Nesse sentido, o antropólogo se aproximaria da crítica pós-colonial por tentar contar uma história diferente, uma história que não fosse a história contada pelas elites e que promovesse outras maneiras de compreender a formação do Brasil.

O fato de Darcy tentar contar uma nova história do Brasil, através de uma linha não hegemônica, dando voz aos sujeitos que foram frequentemente usurpados da narração da formação da nação, entretanto, não me parece suficiente para estabelecer uma relação entre seu pensamento e os estudos pós-coloniais. O que Darcy Ribeiro tentou fazer, na análise de Adélia Miglievich, foi dar voz e apresentar aqueles sujeitos que tinham suas vozes silenciadas. No entanto, isso, por si só não constitui uma semelhança com a crítica pós-colonial. Spivak (2010) alertou sobre isso em seu importante livro chamado “Pode o subalterno falar?”. Ela chama atenção ao fato de que dar voz ao sujeito subalterno, ou aquele sujeito silenciado pode representar uma grande armadilha, pois, para ela, dar voz ao subalterno significa reproduzir o seu lugar como subalterno. Afirmar suas particularidades, suas diferenças, de forma dada como essencial significa, na verdade, um reforço do discurso colonial.

Nesse sentido, o conceito de Derrida (apud COSTA, 2006 b) de *différance* é um conceito muito relevante para os estudos pós-coloniais. Essa palavra se trata de um neologismo baseado no vocábulo *différence*, que em francês quer dizer diferença. O que o autor fez foi mudar uma letra na palavra de forma que sua pronuncia permanecesse da mesma maneira; com isso ele pretendia chamar a atenção para a existência:

De uma diferença que não é traduzível no processo de significação dos signos, nem organizável nas polaridades identitárias – eu/outro, nós/eles, sujeito/objeto, mulher/homem, preto/branco, significante/significado. Essas distinções e classificações binárias representam o modo ocidental, logocêntrico de apreender o mundo e constituem a base das estruturas de dominação modernas. Criam, ainda, a ilusão de representações completas que não deixam resíduos. A incompletude das representações encontra-se fundamentada, contudo, na própria linguagem, visto que significantes e significados nunca se correspondem inteiramente (COSTA, 2006 b, p.98).

Essa simples mudança na grafia de uma letra, esse ruído causado na forma tradicional de se escrever, traz em si, uma ampla conceituação e uma proposta de ressignificação do que se entende tradicionalmente por diferença. A *différance*, diz respeito ao excedente de sentido que não pode estar contido nas formas binárias de categorizar a realidade. Nesse sentido, ela rompe com a ideia de uma ontologia ou de uma essencialidade na diferença, anunciando a impossibilidade de sua representação discursiva. Por isso, a *différance* é concebida em sua própria manifestação, no momento de sua representação (COSTA, 2006).

Pode-se dizer que ao tentar narrar a história da formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro tenta fazê-lo a partir da reflexão sobre as diferenças e não através de uma concepção de *différance*; considerando, como vimos anteriormente, as nossas particularidades como essências, como fixas. Dessa maneira, ao tentar explorar essas diferenças e dar voz ao sujeito subalterno, Darcy Ribeiro acabaria, numa concepção pós-colonial, por reproduzir o discurso colonial.

### **A temporalidade em questão**

O terceiro ponto de contato entre o pensamento de Darcy Ribeiro e os estudos pós-coloniais está posto, para Adelia Miglievitch (2011), nos conceitos de “aceleração evolutiva”, “atualização histórica” e “modernização reflexa”. Eles revelariam como a história da modernidade europeia se relaciona fortemente com a história das suas colônias, mesmo que, segundo a comentadora, isso seja feito a partir da tradução de expectativas de modernização hoje criticáveis. Isso de fato se assemelha a uma preocupação do pós-colonialismo em reler a história moderna a partir da reinserção do colonizado como parte essencial e constitutiva da modernidade europeia, para, inclusive, mostrar que a modernidade foi construída a partir de relações de poder desiguais, as quais ainda permanecem fortemente e para mostrar com isso que as condições desiguais são fruto de processos históricos e não de condições naturais.

Uma ideia importante, desenvolvida nesse sentido, pode ser percebida a partir dos conceitos, construídos por Randeria, de “histórias compartilhadas” e de “modernidade entrelaçada”, apontados por Adelia Miglievich (2011), como próximos às ideias de Darcy Ribeiro. Com esses conceitos, Randeria (apud COSTA, 2006 a) tenta mostrar tanto a interdependência nos processos de construção das sociedades modernas, como pretende sublinhar as representações dicotômicas e cingidas das representações modernas. É necessário destacar ainda que, ao enfatizar o caráter entrelaçado da modernidade, Randeria não tenta apagar as assimetrias de poder e nem afirmar que todos os entrelaçamentos são iguais e feitos na mesma proporção.

Tendo isso em vista, é possível questionar, mais uma vez, a aproximação entre a interpretação de Darcy Ribeiro e os estudos pós-coloniais. Adelia Miglievich (2011) destaca que a interpretação do antropólogo mostra o entrelaçamento entre os processos de modernização europeu e brasileiro, mas faz uma ressalva dizendo que isso é feito em nome de expectativas de modernização criticáveis. O que penso é que essa ressalva, ou seja, as expectativas criticáveis de modernização expostas por Darcy Ribeiro o afastam muito dos estudos pós-coloniais, chegando a pôr em xeque o ponto em que se aproximaria.

Em que consistem essas expectativas criticáveis de modernização? Se tomarmos o conceito de atualização histórica é possível ter uma boa resposta para isso. Diferentemente das “etnias tribais” (sic), a sociedade colonial funcionava como um experimento da civilização europeia, na sua versão portuguesa. Era já separada entre o urbano e o rural, entre classes, servida por uma cultura erudita e integrada a economia mundial. Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 73):

Essa posição evolutiva mais alta não representava obviamente, uma ascensão das sociedades indígenas originais da sua condição tribal à de uma civilização urbana e estratificada. Era uma simples projeção dos avanços civilizatórios alcançados pelos europeus, ao saírem da Idade Média, sobre os remanescentes da formação aborígene precedente e dos negros aliciados na África como força de trabalho escravo.

Para Darcy Ribeiro, estávamos diante de um processo civilizatório, que havia interrompido a linha evolutiva prévia das populações indígenas brasileiras, depois de subjugar-las, e recrutava os seus remanescentes “como mão-de-obra servil de uma nova sociedade, que já nascia integrada numa etapa mais elevada da evolução sociocultural” (RIBEIRO, 1995, p. 74). Esse passo é que é chamado por Darcy Ribeiro de incorporação ou “atualização

histórica”, a qual supõe a perda de autonomia étnica, a dominação e a transfiguração e que estabelecia as bases sobre as quais se desenvolveria a sociedade brasileira.

Ao comparar esse conceito com o de “história partilhada”, elaborado por Randeria, é possível perceber que eles se afastam muito em alguns pontos. É preciso lembrar que a concepção de história partilhada possui dois sentidos. O primeiro diz respeito à ideia de que a modernidade europeia foi constituída em estreita relação com o processo de colonização e só pode ser bem compreendida se levarmos em conta os processos de formação das sociedades coloniais. O segundo ponto se refere à noção de que essa modernidade, mesmo que partilhada em certo sentido, foi cindida, dividida em dicotomias, as quais expressam claras relações de poder. A concepção de Darcy Ribeiro se aproxima do primeiro ponto, afinal ele pensou o processo de modernização do Brasil em sua relação com sua posição no mercado internacional, no processo global de formação da modernidade; no entanto, a sua interpretação se afasta do segundo ponto do conceito de história partilhada. Ao investir na ideia de que a formação do Brasil estava posta em um processo civilizatório, o qual se encaminhava para um estágio mais alto da “evolução cultural”, o autor acabava utilizando a mesma forma de ver o mundo do colonizador. Ou seja, ao considerar que a modernidade europeia estava em um degrau mais alto da evolução, Darcy desconsiderava que a própria concepção de sociedade mais evoluída, ou mais moderna, era fruto de um longo processo de disputa de poder, o qual havia construído um regime de verdade e que acabava por legitimar um modo de vida e deslegitimar inúmeros outros. Por isso, mais uma vez, Darcy Ribeiro se afastava dos estudos pós-coloniais.

Essa percepção de temporalidade baseada em um sentido modernizador pode ser interpretada como derivada da própria ideia de nação tão importante para Darcy Ribeiro. Como foi dito anteriormente, a partir de Benedict Anderson (2008), a construção da nação depende da partilha de uma temporalidade progressiva, vazia e homogênea. O que é visto neste tópico é que Darcy Ribeiro não consegue fugir disso. Ao pensar investir na ideia de nação ele acaba por reproduzir também uma percepção de transformação histórica dependente de uma episteme colonizadora.

### **Considerações finais**

Depois de apresentadas as ideias centrais deste artigo é preciso amarrá-las para construir algumas conclusões. Um primeiro aspecto a ser levado em consideração é que a construção teórica do nosso antropólogo tem algumas semelhanças com a crítica pós-colonial, mas, parece-me que esses dois elementos se afastam nas dimensões mais básicas de suas concepções. É preciso dizer, contudo, que essa distância não significa, em si mesma, uma crítica ao autor. Ele não precisa se assemelhar aos estudos pós-coloniais para ainda ter muita relevância e ser uma importante fonte, a qual deve ser constantemente remetida e repensada.

Outro suporte fundamental para tentar ligar os vários pontos levantados no desenvolvimento do trabalho é lembrar aquilo que compreendo ser o núcleo a partir do qual *O povo brasileiro* é pensado e elaborado, qual seja: a dialética entre a face nova e a face velha do povo brasileiro. Essa dialética não é explicitamente revelada, mas é possível percebê-la a partir da análise do desenvolvimento dos argumentos do antropólogo. A face nova do Brasil, gerada pela instituição do cunhadismo, a partir da qual se frutificou a “ninguendade”, o “não-ser” (os embriões do surgimento do povo brasileiro), era a face que remetia à unidade da nação e do povo brasileiros e representava um elemento de esperança, de surgimento de novas possibilidades, era aquilo que particularizava o Brasil e apontava para o surgimento de uma “nova Roma”. A face velha significava os aspectos de exploração, violência e autoritarismo, a partir dos quais o Brasil se formava, gerados pela imposição de que tudo no Brasil fosse feito para atender a interesses externos, o que impedia o povo brasileiro de pensar a si mesmo. Como essas duas faces se expressam dialeticamente, não era possível pensá-las separadamente e Darcy faz isso. Ele pensa o surgimento do povo nação também como fruto de processos violentos e autoritários empreendidos pelas elites. Contudo, seu projeto teórico e político patriótico faz com que a possibilidade de surgimento dessa unidade nacional seja vista com melhores olhos do que a face perversa dessa unificação. Seu investimento no ideal de nação como projeto político parece ser, portanto, o principal elemento distanciador entre Darcy Ribeiro e a crítica pós-colonial. Como foi visto, a nação, compreendida a partir da ideia de identidade nacional é uma concepção criada pelo regime de verdade do colonizador e pensar dentro dele significa reproduzi-lo de alguma forma. O que os estudos pós-coloniais tentam empreender é borrar as formas comuns do pensamento colonial.

Além disso, penso que outro elemento de afastamento é que, quando Darcy Ribeiro reflete sobre a face envelhecida do povo brasileiro, ele pensa exclusivamente na exploração direta, na exploração das condições materiais e deixa de lado a “violência epistêmica”, a “colonização da mente”. A partir disso ele não reflete como o investimento na concepção de nação poderia ser um elemento constituinte de sua crítica.

Por fim, parece-me que *O povo brasileiro*, mais que um empreendimento pós-colonial, se assemelha a um trabalho anti-colonial, o qual procura revelar a violência do processo colonial e denunciar as suas brutalidades. No entanto, o instrumento anti-colonial pensado por Darcy Ribeiro é o investimento na ideia de nação e de povo brasileiros, o que faz de seu livro uma ferramenta de construção e consolidação do sentimento de nação. O oposto do que propõem os estudos pós-coloniais: o rasuramento dessa ideia fixa.

## Referências:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi. *Nación y Narración: entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Ed. 2010

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p.117-134, fev. 2006 a.

COSTA, Sergio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006 b

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2.ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakraavorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de o povo brasileiro. *Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais*, Recife, v. 1, n. 1, p.134-146, jun. 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

-----  
Recebido em 19-03-2017;  
Revisado em 26-04-2017;  
Publicação em 04-05-2018.